



**Ministério
das Finanças**

SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL MARÇO 2021

ABRIL 2021

ÍNDICE

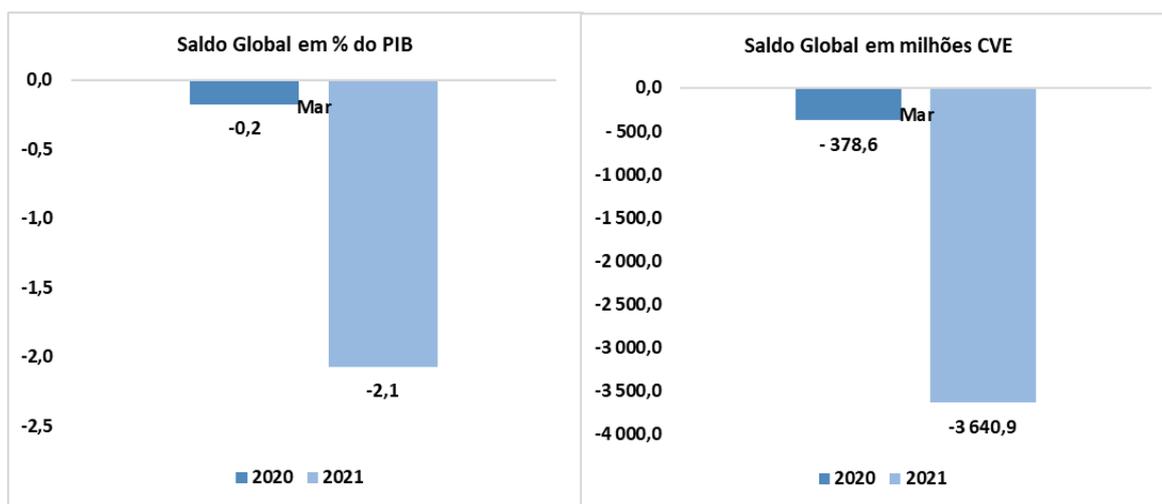
1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal	2
2. Análise das Receitas	4
3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros	7
3.1. Por Classificação Económica	7
3.1.1. Despesas	7
3.1.2. Ativos Não Financeiros	10
3.2. Por Tipo de Financiamento	11
4. Projetos em Resposta à Covid-19	12
5. Dívida Pública	13

1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal

A 30 de março de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 3.640,9 milhões de CVE, ou seja, um défice de 2,1% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças (MF). Este resultado se traduziu num agravamento 1,9 p.p., em face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 1,5% agravando-se em 2,1 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na económica cabo-verdiana e, conseqüentemente, nas receitas do Estado, afetando a capacidade de financiamento com recursos endógenos.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MF

Os resultados provisórios da execução orçamental registada em março de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 28,7% (-3.418,5 milhões de CVE);
- da diminuição das despesas totais em 1,0% (-123,4 milhões de CVE); e
- da diminuição dos ativos não financeiros líquidos em 73,0% (-352,4 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda de ativos superiores ao registado no mesmo período do ano anterior (2021: 325,1 milhões de CVE; e 2020: 45,4 milhões de CVE).

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta I Trim	Orç. Inicial	Conta I Trim	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	53 869	11 911	58 038	8 493	14,6	-28,7
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	45 309	11 628	53 988	8 328	15,4	-28,4
Impostos	33 952	9 919	39 765	7 172	18,0	-27,7
Segurança Social	70	8	71	12	17,4	58,1
Transferências (donativos)	8 559	139	4 050	164	4,1	18,6
Outras Receitas	11 288	1 702	14 151	1 143	8,1	-32,8
2. Total Despesas	64 974	11 807	61 004	12 003	19,7	1,7
Despesas com Pessoal	23 648	5 098	24 230	5 193	21,4	1,9
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	1 476	11 372	1 466	12,9	-0,6
Juros correntes	5 187	1 253	5 463	975	17,8	-22,2
Subsídios	891	91	629	105	16,7	14,7
Transferências Correntes	8 072	1 441	7 389	1 352	18,3	-6,2
Benefícios Sociais	8 046	1 830	8 071	2 195	27,2	19,9
Outras Despesas Correntes	3 692	383	3 851	336	8,7	-12,3
3. Resultado Operacional Bruto	-11 105	104,2	-2 966	-3 511	118,3	-3469,1
4. Ativos não Financeiros	9 851	483	15 059	130	0,9	-73,0
Compra ativos não financeiros	10 301	528	16 892	455	2,7	-13,8
Venda ativos não financeiros	451	45	1 833	325	17,7	616,4
5. Global Global (1-2-4)	-20 956	-379	-18 025	-3 641	-	-
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-0,2	-9,8	-2,1	-	-
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	-14 574	1 074	-1 554	-2 700	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-7,9	0,6	-0,8	-1,5	-	-
6. Financiamento	20 956	-498	18 025	3 094	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 569	-106	1 130	-514	-	-
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	392	19	2 303	11	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-4	-579	-315	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-122	-1 100	-210	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		506		-	-
6.2 Passivos Financeiros	25 525	-392	16 895	3 607	-	-
Interno líquido	5 488	-45	5 870	3 025	-	-
Sistema bancário		921		2 026	-	-
Emprestimos obtidos Pmi - Aquisições	12 552		13 639		-	-
Emprestimos obtidos Pmi - Amortizações	-6 919		-7 584		-	-
Emprestimos obtidos Pmi - Amortizações Leas	-145	-35	-185	-38	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		944		53	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em Transito		-2 067		-1 885	-	-
Outras operações de tesouraria				89	-	-
Sistema não bancário		485		2 780	-	-
Externo líquido	20 037	-347	11 025	582	-	-
Emprestimos obtidos Pme - Aquisições (Deser)	22 677	984	17 440	1 547	-	-
Emprestimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-1 331	-6 415	-965	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-877	0	-547	-	-

Fonte: MF

2. Análise das Receitas

As receitas totais da Administração Central, arrecadadas até março de 2021, atingiram 8.492,6 milhões de CVE, registando uma diminuição de 28,7%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da conjugação da (i) diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-29,7%), dos impostos indiretos (-27,0%), e das outras receitas (32,8%), (ii) dos donativos (-41,9%) e do aumento da segurança social (+58,1%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo de 29,7% decorrente da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – A arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 1.319,7 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogo de -317,9 milhões de CVE (-19,4%). A variação da arrecadação deste imposto face ao período homólogo advém do facto de, até ao mês de março de 2020, a pandemia da Covid-19 ainda não tinha chegado em Cabo Verde, pelo que as receitas ainda não registavam o impacto disruptivo da pandemia, contrariamente a março de 2021. Quanto ao desfasamento face às metas, ainda não se verifica a recuperação da economia esperada ao longo do ano, com impacto no emprego e nos rendimentos das pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – A receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 453,5 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 409,0 milhões de CVE (-47,4%), consequência da comparação de três meses com fortes impactos da crise pandémica com os do ano anterior em que tal ainda não se verificava. A baixa arrecadação também é justificada pelo fato de se assistir a um grande volume de pedidos de pagamentos em prestações deste e de outros impostos por parte dos contribuintes, tendo em conta os fortes impactos da crise na tesouraria das empresas.

- O Tributo Especial Unificado (TEU) registou no período em análise uma execução de 99,4 milhões de CVE, traduzindo assim uma evolução de (-63,1 milhões de CVE; -38,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo a variação homóloga explicada pelos fortes impactos da crise da Covid-19 nos contribuintes, do REMPE neste caso, e o desempenho face às metas em parte, consequência da prorrogação do pagamento do imposto referente ao 4º trimestre de 2020 para abril de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 27,0% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – O IVA registou no período em análise uma execução de 2.921,4 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 1.346,5 milhões de CVE (-31,5%). Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente a nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações, excecionalmente, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao Ano 2020.
- Contribuição Turística – A receita da contribuição turística totalizou no período o montante de 9,4 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -234,9 milhões de CVE (-96,2%), traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível extremamente baixo de entradas de turistas do exterior devido ao encerramento de fronteiras para viagens de lazer da maior parte dos países no Mundo, sendo o turismo interno marginal.
- Impostos sobre Transações Internacionais - registou-se uma diminuição em 10,1% (-189 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 10,1% (-180,9 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 10,1% (-8,1 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – A cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução negativa em termos homólogos de 5,6% (-9,1 milhões de CVE), situando-se em 154,1 milhões de CVE, devido essencialmente de uma atividade bancária relativamente robusta, apesar das moratórias bancárias decretadas.
- Imposto Especial sobre Jogos com uma evolução negativa de 70,4% (-12,6 milhões de CVE), uma vez que esta receita provém, essencialmente, da atividade turística na Ilha do Sal, tendo esta sofrido fortes impactos com a crise pandémica.

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta I Trim	Orç	Conta I Trim	Grau Exec.	Tax. hom
Impostos	33 952	9 919	39 765	7 172	18,0	-27,7
Imposto único sobre rendimentos	11 558	2 500	10 423	1 773	17,0	-29,1
IR-PS	6 249	1 638	5 991	1320	22,0	-19,4
IR-PC	5 309	863	4 432	453	10,2	-47,4
Outros impostos directos		163	570	99	17,4	-38,8
Tributo Especial Unificado - TEU		163	570	99	17,4	-38,8
Imposto sobre bens e serviços	15 582	5 211	19 278	3 466	18,0	-33,5
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	4 268	16 028	2 921	18,2	-31,5
IVA DGA	6 424	1 929	7 518	1741	23,2	-9,7
IVA DGCI	6 471	2 339	8 510	1180	13,9	-49,5
Imposto consumo especial	1 617	532	1 955	388	19,8	-27,1
Contribuição turística	513	244	613	9,4	1,5	-96,2
Taxa ecológica	557	166	682	147	21,6	-11,1
Impostos sobre transações internacionais	6 240	1 864	8 853	1 675	18,9	-10,1
Direitos de importação	5 966	1 784	8 544	1603	18,8	-10,1
Taxa comunitaria CEDEAO	273	80	309	72	23,3	-10,1
Outros impostos	572	181	642	159	24,8	-12,0
Imposto de selo	534	163	603	154	25,6	-5,6
Imposto especial sobre jogos	38	18	39	5,3	13,6	-70,4
Segurança Social	70	8	71	12	17,4	58,1
Taxa social única	0	0	0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	68	8	71	12	17,4	59,0
Outras Contribuições	1	0	0	0	22,6	-6,1
Transferências	8 559	283	4 050	164	4,1	-41,9
De Governos Estrangeiros	7 492	169	3 504	62	1,8	-63,5
Ajuda Orçamental	1 957	110	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	31	307	28	9,3	-9,2
Donativos directos	5 230	27	2 168	33	1,5	22,4
De Organizações Internacionais	604	3	51	5,6	10,9	122,3
Das Administrações Públicas	464	112	495	97	19,6	-13,1
Outras Receitas	11 288	1 702	14 151	1 143	8,1	-32,8
Rendimentos de propriedade	3 502	149	5384	165	3,1	10,7
Venda de bens e serviços	6 366	1 402	7317	896	12,2	-36,1
Multas e outras penalidades	299	75	318	34	10,6	-54,7
Outras transferências	425	3	320	9	2,8	230,8
Outras receitas diversas e não especificadas	695	73	813	40	4,9	-45,3
TOTAL RECEITAS	53 869	11 911	58 038	8 493	14,6	-28,7

Fonte: MF

No que toca às transferências (donativos), houve uma diminuição em 41,9% (-118,7 milhões de CVE), em face a arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 164,3 milhões de CVE.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 32,8% em face ao período homólogo, (-558,2 milhões de CVE) refletindo o impacto da pandemia da Covid-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, da segurança marítima do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em março de 2021, atingiram 12.458,5 milhões de CVE, registando um decréscimo de 1,0% em relação ao período homólogo de 2020.

3.1.1. Despesas

Em finais de março de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 12.003,1 milhões de CVE, registando um aumento de 1,7% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou da diminuição nas rubricas, juros da dívida (-22,2%), outras despesas correntes (-12,3%), transferências correntes (-6,2%), aquisição de bens e serviços (-0,6%), conjugado com o agravamento na rubrica benefícios sociais (+19,9%), subsídios (+14,7%) e despesas com o pessoal (+1,9%), conforme abaixo se apresenta:

- A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 22,2%, (-278,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020. Relativamente aos juros da Dívida Interna, um decréscimo de 3,9% resulta das novas emissões ocorridas no ano transato e no ano em curso, a uma taxa mais baixa que a média do stock. Quanto aos juros da Dívida Externa, uma diminuição de 51,9% resulta

da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países vulneráveis;

- Outras Despesas Correntes evidenciaram uma diminuição de 12,3%, (-47,1 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, justificado, essencialmente, pela diminuição da necessidade de pagamentos de restituições do IVA, assim como no pagamento das indemnizações;
- As Transferências correntes tiveram um decréscimo de 6,2% (-89,2 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado, essencialmente, pela i) diminuição de desembolso a municípios e projetos devido ao impacto da Covid-19 nas receitas consignadas; ii) Aumento da despesa registada na sub-rúbrica Outras Transferências Administrações Públicas Correntes, no âmbito dos Estágios profissionais, Formação para empregabilidade, Eleições gerais, Pensões da Diáspora, Desenvolvimento local e melhoria da produção e geração de rendimentos e iii) Acréscimo do total de despesas nas rubricas Outras Transferências Administração Pública de Capital, no âmbito do programa de promoção de oportunidade socioeconómicas rurais;
- Aquisição de bens e serviços registaram uma diminuição de -0,6% (-9,5 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior. Por um lado, regista uma diminuição de algumas despesas nomeadamente a Assistência Técnica residentes, Energia elétrica, Assistência Técnica - Não residentes, Combustíveis e Lubrificantes, Comunicações e Deslocações e Estadas, em resultado das medidas de contenção adotadas pelo Governo, bem como a priorização do teletrabalho, lá onde haja condições. Por outro lado, registou-se o aumento de algumas despesas como Material de Consumo Clínico - decorrente da execução dos projetos de prevenção e combate à Covid-19); Honorários - resultantes do pagamento de despesas no âmbito de projetos de gestão das privatizações das Soe, políticas de emprego (ofertas formativas e formação para empregabilidade), reforço ao setor da educação; Conservação e Reparação de Bens - derivado da execução mais significativa de despesas, no ministério da

Saúde e da Segurança Social, nomeadamente nos hospitais Agostinho Neto e Baptista de Sousa, assim como nos ministérios da Educação, da Administração Interna, Justiça e Trabalho e Agricultura e Ambiente;

- Os Benefícios Sociais aumentaram 19,9% (+364,9 milhões de CVE), no período em análise, resultou do aumento das despesas executadas na rubrica Outros benefícios em numerários em 491,6% (+264,5 milhões de CVE), justificado: i) pela implementação do rendimento social de inclusão (+215,3 milhões de CVE); ii) pelo pagamento de estágios profissionais (43,5 milhões de CVE); iii) pelo impacto da evolução expetável dos aposentados do Regime da Administração Pública bem como outros benefícios sociais fixados por lei, nomeadamente Pensão de aposentação em 7,3% (+82,7 milhões de CVE), Pensões do regime não contributivo em 1,0% (+4,8 milhões de CVE), Pensão de sobrevivência em 11,4% (+7,8 milhões de CVE) e iv) pelo pagamento dos Benefícios sociais em espécie em 3.148,7% (+1,5 milhões de CVE);
- A despesa com o pessoal evidenciou um aumento de 1,9% (+94,8 milhões de CVE) decorrente da regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República; e ainda da bancarização das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça;
- Quanto à execução das despesas com Subsídios, registou-se um acréscimo de 14,7% comparativamente ao mesmo período do ano transato (+13,4 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras nomeadamente, o pagamento da indemnização compensatória (sempre que as viagens se comprovarem deficitárias) através do Fundo Autónomo do Desenvolvimento de Transporte Marítimo, como resultado da taxa de ocupação de passageiros nas viagens marítimas inter-ilhas.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta I Trim	Orç.	Conta I Trim	Grau Exec.	Var. Hom.
Despesas com Pessoal	23 648	5 098	24 230	5 193	21,4	1,9
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	4 801	22 193	4 930	22,2	2,7
Segurança Social	1 943	297	2 037	262	12,9	-11,5
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	1 476	11 372	1 466	12,9	-0,6
Juros correntes	5 187	1 253	5 463	975	17,8	-22,2
Dívida interna	3 337	775	3 343	745	22,3	-3,9
Dívida externa	1 754	477	2 023	230	11,4	-51,9
Outros encargos	96	1	96	0	0,0	-100,0
Subsídios	891	91	629	105	16,7	14,7
Transferências Correntes	8 072	1 441	7 389	1 352	18,3	-6,2
Governos Estrangeiros	820	28	433	8	1,9	-70,7
Organismos Internacionais	475	62	473	53	11,2	-14,2
Administração pública	6 778	1 351	6 482	1 291	19,9	-4,5
Benefícios Sociais	8 046	1 830	8 071	2 195	27,2	19,9
Outras Despesas Correntes	3 692	383	3 851	336	8,7	-12,3
Valor a regularizar		234		381		62,8
Despesas	64 974	11 807	61 004	12 003	19,7	1,7
Ativos e Passivos	10 301	528	16 892	455	2,7	-13,7
Ativos não Financeiros	10 301	528	16 892	455	2,7	-13,7
TOTAL DESPESAS	75 275	12 335	77 896	12 459	16,0	1,0

Fonte: MF

3.1.2. Ativos Não Financeiros

Em março de 2021, a execução ascendeu ao montante de 455,5 milhões de CVE, com uma taxa de execução de 2,7% e uma variação negativa de 72,7 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos projetos com maiores execuções, destacando: “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 58,8 milhões de CVE; “Redução de Perdas em eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” em 48,4 milhões de CVE; “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” em 26,2 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas no valor total de 80,9 milhões de CVE; “Centro de Artesanato de S. Vicente em 18,2 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas (despesas e ativos não financeiros), nota-se que 93,7% foram financiadas por recursos internos (recursos endógenos) e 6,3% em recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os Donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos, totalizam o montante de 238,8 milhões de CVE, equivalente a 30,4% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 84,0 milhões de CVE, Banco Europeu de Investimento com 48,4 milhões de CVE, Nações Unidas (24,3 milhões de CVE), Portugal (20,4 milhões de CVE), GLOBAL ENVIRONMENT FUND (15,2 milhões de CVE), FIDA (11,1 milhões de CVE) e União Europeia (6,4 milhões de CVE);
- Os Empréstimos externos, ascenderam a 535,1 milhões de CVE, equivalente a 68,1% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 12 programas, com destaque para Garantia de Acesso ao Rendimento, á Educação, aos Cuidados e á Saúde (218,8 milhões de CVE): ás Infraestruturas Modernas e Seguras (109,3 milhões de CVE); á Educação de Excelência (77,2 milhões de CVE), á Transformação da Agricultura (37,2 milhões de CVE), á Reforma do Estado (27,0 milhões de CVE), á Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação, (26,5 milhões de CVE) e á Cabo Verde Plataforma do Turismo (20,3 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

Financiamento	2021 Inicial	2021 Atual	I Trim	Grau Exec.	Peso %
Interno	58 245	62 967	11 672	19	93,7
Tesouro (Rec. Int.)	57 406	62 124	11 211	18,0	96,1
OFN	839	843	80	9,5	0,7
Por regularizar	0	0	381	0,0	3,3
Externo	19 651	16 490	786	5	6,3
Donativo	3 248	3 170	239	7,5	30,4
Empréstimo	16 106	13 009	535	4,1	68,1
Ajuda Alimentar	297	311	12	3,9	1,5
Total da Despesa	77 896	79 457	12 459	15,7	100,0

Fonte: MF

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos inscritos em resposta à Covid-19, até março de 2021, totalizaram 451,3 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 28,4%. Ao nível de execução dos projetos, por modalidade de financiamento, no período em análise, foi financiado pelo tesouro em 22,1%, por empréstimo em 71,7% e por donativos em 6,2%.

MODALIDADE FINANCIAMENTO	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	PESO %
Donativo	208	28	6%
Empréstimo	856	324	72%
Tesouro	528	100	22%
Total Geral	1.592	451	100%

Dos projetos executados no período em valores absolutos destacam-se:

- Implementação de Rendimento Social de Inclusão (218,8 milhões de CVE)
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (92,7 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (89,8 milhões de CVE);
- Preparação Projeto Cabo Verde Digital (26,5 milhões de CVE);
- COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde (8,2 milhões de CVE)
- “Apoio aos Municípios – Combate a Covid-19” (7,2 milhões de CVE).

Quadro 5 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES	PROJETOS	VALOR ATUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16	7	43,5
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	18	1	5,3
	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	102	27	26,0
07.00.07 - Saúde	Aquisição De Vacina Covid19	20	0	0,0
	Prevenção E Combate A Coronavirus	394	93	23,5
	Prevenção E Combate A Coronavirus	29	6	21,7
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	2	0	0,0
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Preparação E Resposta A Covid-19	24	1	4,1
	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10	0	0,0
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20	0	0,0
	Reforço Ao Sector Da Educação	448	90	20,0
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde	8	8	98,3
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	450	219	48,6
Total Geral		1 592	451	28,4

Fonte: MF

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 264.477,3 milhões de CVE, em 30 de março de 2021, cabendo à dívida interna 78.583,1 milhões de CVE (43,5% do PIB) e à dívida externa 185.894,2 milhões de CVE (102,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 146,4%, cerca de 30,6 p.p. abaixo do valor registado em março de 2020¹.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

	março 20	março 21	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
Estoque Global	244.369,8	264.477,3	8,2	115,8	146,4
Dívida Interna	67.027,2	78.583,1	17,2	31,8	43,5
Dívida Externa	177.342,5	185.894,2	4,8	84,0	102,9

Fonte: MF

¹ O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal de 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 185.777 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 131,5%).